



Contemporânea

Contemporary Journal

3(8): 20218-20236, 2023

ISSN: 2447-0961

Artigo

CONTRIBUIÇÕES DO *STAND POINT* INTERSECCIONAL PARA O SERVIÇO SOCIAL

INTERSECTIONAL *STAND POINT* CONTRIBUTIONS TO SOCIAL SERVICE

DOI: 10.56083/RCV3N11-019

Recebimento do original: 02/10/2023

Aceitação para publicação: 01/11/2023

Pauline Aparecida Ildefonso Ferreira da Silva

Doutora em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Pós-doutora em Políticas Sociais

Instituição: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Endereço: Av. Alberto Lamego, 2000, Parque Califórnia Campos dos Goytacazes – RJ,

CEP: 28013-602

E-mail: Paulineposdocuenf@gmail.com

Shirlena Campos de Souza Amaral

Doutora em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)

Endereço: Av. Alberto Lamego, 2000, Parque Califórnia Campos dos Goytacazes – RJ,

CEP: 28013-602

E-mail: shirlenaarquivo@gmail.com

RESUMO: A partir da década de 1970 e 80, tendo em vista a acumulação teórica operada pelo Serviço Social é notável a incorporação de matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura com o conservadorismo profissional, destacadamente as inspiradas na tradição marxista. Isso significa dizer que, tanto no plano da produção do conhecimento estala-se um pluralismo que permitiu ao Serviço Social construir novo arcabouço teórico-metodológico comprometido com a luta da classe trabalhadora, em defesa da emancipação humana, com a liberdade como valor ético central, posicionamento em favor da equidade e justiça social, entre outros princípios¹ norteadores da profissão. Neste ensejo, propomos neste artigo

¹ Ver: Código de Ética do Serviço Social. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf



um diálogo entre marxismo e teoria feminista negra como forma de enriquecer o debate do Serviço Social acerca das complexificações das manifestações das desigualdades a partir do recorte interseccional que visualiza as categorias estruturais de desigualdades de classe, raça e gênero em movimento contínuo nos processos de produção e reprodução da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social, Interseccionalidade, Marxismo.

ABSTRACT: From the 1970s and 1980s, in view of the theoretical accumulation operated by the Social Service, the incorporation of theoretical and methodological matrices compatible with the break with professional conservatism, especially those inspired by the Marxist tradition, is notable. This means to say that, both in the plan of knowledge production, a pluralism has emerged that has allowed the Social Service to build a new theoretical-methodological framework committed to the struggle of the working class, in defense of human emancipation, with freedom as a central ethical value, positioning in favor of equity and social justice, among other guiding principles of the profession. In this article, we propose a dialog between Marxism and black feminist theory as a way to enrich the debate of the Social Service about the complexifications of the manifestations of inequalities from the intersectional clipping that visualizes the structural categories of inequalities of class, race and gender in continuous movement in the processes of production and reproduction of life.

KEYWORDS: Social Service, Intersectionality, Marxism.



1. Introdução

O Serviço Social, como especialização do trabalho coletivo no marco da divisão social, racial, sexual e técnica do trabalho, tem sua gênese marcada pelo conservadorismo. A institucionalização da profissão que ocorre, principalmente, a partir da década de 1940 através das instituições “patrocinadas” pelo Estado, nos quadros desenvolvimento do sistema capitalismo monopolista. A profissão, em sua gênese, absorve também uma



lógica ordenadora dominante - conservadora-, que, para Motta(2017) vai tecer todas as dimensões de sociabilidades, “tendo, na tênue democracia e nos arroubos autocráticos, as mediações das suas práticas sociais, econômicas e ideopolíticas” (MOTTA, 2017,p. 45). Sobre o processo de gênese da profissionalização do Serviço Social no Brasil, ressalta que o serviço social surge para dar conta das demandas provenientes da luta de classes e para promover por via das políticas públicas o consenso e a manutenção do sistema capitalista de produção.

As classes proletárias e subalternas, historicamente apartadas dos bens civilizatórios, lutaram e lutam pela sua condição de sujeitos sociais e de direitos contra a exploração do capital e, quando ultrapassam o espaço político-organizativo que lhes é destinado pelas relações sociais capitalistas, recebem as reprimendas político-jurídicas da burguesia e do seu Estado. Esse desenvolvimento instou a profissão a intervir nas expressões da questão social pela via das políticas públicas e/ou em articulação com iniciativas privadas, confessionais ou laicas (MOTTA, 2017, p.45)

No Brasil, Segundo Netto (1989) o combate ao conservadorismo na profissão do Serviço Social se dá a partir da formação de uma massa crítica formada a partir dos anos 1979 e 1980, sobretudo com a ampliação do campo da pós-graduação. Tempo e espaço que, segundo o autor “se consolida a produção do conhecimento a partir da área do Serviço Social[...] Essa massa crítica, refere-se ao conjunto de conhecimentos produzidos e acumulados por uma determinada ciência, disciplina ou área do saber.” (NETTO, 1989, p.12).

Para Netto (1999), o fato do Serviço Social ser uma especialização do trabalho que não detêm teoria própria não impede dos seus agentes realizarem estudos, investigações, pesquisas e que ao fazer, produzam conhecimentos sobre as realidades sociais, para subsidiar, inclusive, a formulação de políticas públicas mais eficazes em diferentes esperas. Igualmente, o Serviço Social ainda padece de formar uma cultura profissional



que se mantenha direta ou indiretamente das atividades investigativas e de pesquisa, particularmente aos processos de sistematização do seu trabalho.

A partir da década de 1970 e 80, tendo em vista a acumulação teórica operada pelo Serviço Social é notável a incorporação de matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura com o conservadorismo profissional, destacadamente as inspiradas na tradição marxista. Isso significa dizer que, tanto no plano da produção do conhecimento estala-se um pluralismo que permitiu ao Serviço Social construir novo arcabouço teórico-metodológico comprometido com a luta da classe trabalhadora, em defesa da emancipação humana, com a liberdade como valor ético central, posicionamento em favor da equidade e justiça social, entre outros princípios² norteadores da profissão. Embora a carga teórico-metodológico construído a partir da tradição do materialismo histórico dialético seja predominante, isso não significa que a profissão esteja isenta dos interesses de classe e projetos societários em disputa no interior da própria categoria.

Assim, no período de esgotamento da ditadura civil-militar, a cultura política em andamento à época, protagonizada pela organização sindical, político- -partidária e de vários movimentos sociais, propiciou o nosso Congresso da Virada (1979), somente possível pela politização e organização dos profissionais do Serviço Social e das instituições de ensino. Esse movimento redundou na reforma curricular de 1982 e, posteriormente, na elaboração dos Códigos de Ética, na lei de regulamentação da profissão e na redefinição do papel político dos conselhos federal e regionais de Serviço Social (MOTTA, 2017, p. 46)

É nesse momento, que, se delinea no interior da profissão amadurecimento de uma direção estratégica, que posiciona a categoria ao lado das classes trabalhadoras- embora continue a ser um profissional liberal- redefinindo seu papel político na disputa dos projetos societários. Essa direção estratégica da profissão se materializa no Projeto Ético- Político

² Ver: Código de Ética do Serviço Social. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf



do Serviço Social. Assim a partir de 1980 o Serviço Social foi chamado a repensar sua própria identidade tendo em vista as mudanças impostas na sociedade, sobretudo pós ditadura militar-civil empresarial, que, por sua vez, impuseram novas solicitações à profissão, relativos ao conhecimento da realidade, aos fundamentos do exercício profissional e às opções ideológicas do Serviço Social, a partir da década de 1990, a ofensiva neoliberal nas palavras de Motta(2017) mina a aproximação da categoria com o pensamento marxista, principalmente Gramsciano, em plena década da euforia democrática.

A partir dos anos 1980, o Serviço Social passa a ser reconhecido pela sua inserção política e intervenção crítico-pedagógica junto aos movimentos sociais, aos processos político-organizativos urbanos e rurais, pela formulação e execução de políticas sociais, e como articulador do exercício de direitos, de conquistas e lutas sociais (MOTTA,2017, p. 47)

A profissão do Serviço Social nos últimos quarenta anos tem como marcas centrais: o esforço para ampliar a função intelectual do Serviço Social enquanto área produtora de conhecimento refinando seu arcabouço teórico-metodológico e absorvendo olhares e interpretações sobre a realidade social mais plurais produzindo cada vez mais uma massa crítica que de conta das realidades sociais na contemporaneidade , o empenho em produzir um profissional político-crítico, cuja prática se desenvolva afinada ao projeto ético-político da categoria, e uma cultura profissional que contraponha às hegemonias das classes dominantes nas mais diferentes esferas de sociabilidade.

Atualmente, o profissional de Serviço Social enquanto trabalhador especializado nos processos de intervenção nas múltiplas dimensões das expressões da questão social, tendo como locus de atuação as políticas públicas, sobretudo na esfera municipal, é desafiado a visualizar e decifrar, para além do imediatismo posto à prática profissional, manifestações da Questão Social cada vez mais complexas, capilarizadas todos os poros da



vida social. Cabe ressaltar que não se trata de uma nova Questão Social, tampouco ela se manifesta idêntica à Questão Social do século XIX. A Questão Social, enquanto expressão concreta das contradições e antagonismos presentes nas relações de classe, apresenta particularidades históricas nas suas manifestações imediatas, que vão depender de cada formação-tempo histórico, interferindo na econômica, na política e nas diferentes dimensões da sociabilidade humana.

A crise capitalista dos anos 1980 que reestruturou as bases produtivas no sistema capitalista, a crise da sociedade salarial e do emprego e a radicalização da precariedade da condição das classes que vivem do trabalho fez emergir tanto movimentos sociais que reivindicavam melhores condições de vida partir de um olhar holístico do ser social. Desta maneira, a luta das classes trabalhadoras foi enriquecida pelo ressoar das vozes, no interior dessas classes, historicamente silenciadas. O movimento das classes que vivem do trabalho, sobretudo a partir do final do século XX e início do século XXI tornou-se cada vez mais heterogêneo, complexo e diversificado. A polifonia no interior dos movimentos sociais que contestavam as diferentes formas de opressão e exploração imputadas pelo sistema capitalista de produção e suas formas de sociabilidades, impeliu o Serviço Social a se deparar com manifestações da questão social igualmente diversa, complexa e heterogênea contemporaneidade.

As manifestações da questão social na contemporaneidade não são uma decorrência natural, irreversível e inevitável do desenvolvimento tecnológico. Essas são expressões da crise que enfrenta o sistema capitalista internacional, consequência do esgotamento do modelo fordista- keynesiano [...], e do processo de globalização financeira. [...] Todo esse processo trouxe mudanças importantes no mundo do trabalho, tanto no processo de organização da produção, como na organização dos trabalhadores e nos direitos por eles conquistados. Todas essas mudanças vêm acompanhadas do aumento da pobreza, [...] no aumento de famílias chefiadas por mulheres. (PASTORINI, 2004, p. 34-36)



Surge, portanto, neste momento de crise estrutural do sistema capitalista e imbuídas na luta de classes, as reivindicações referentes a questão do gênero e de raça/etnia, identidades, que vai requerer interpretações mais aproximadas das realidades particulares de parcelas específicas da classe trabalhadora. Portanto, longe de uma problematização que minimiza, naturaliza e não raras vezes confere um caráter ideo-cultural à Questão Social, como é o caso das análises pós-modernas, que tem representado uma distorção do olhar crítico promovendo análises superficiais, imediatistas e desconsiderando a perspectiva da totalidade das relações sociais, propomos deste artigo trazer para o centro do debate sobre o aprofundamento e ampliação do arcabouço teórico-metodológico e ético-político que compõe a totalidade das relações estabelecidas no cotidiano – espaço privilegiado da atividade profissional- elementos que interseccionam a todo tempo com a categoria das classes sociais, a saber a raça e o gênero.

2. Desenvolvimento

Na contemporaneidade, o Serviço Social tem sido cada vez mais desafiado a construir uma práxis comprometida com as complexidades da sociedade contemporânea, tendo como horizonte os princípios expressos no projeto ético-político da profissão, que preconiza, entre outras diretrizes, a emancipação humana em sua totalidade.

Portanto, é necessário recorrer a referências teórico-metodológicas críticas, que amplie o debate sobre o Serviço Social frente as demandas específicas, manifestadas por parcelas da classe que vive do trabalho, a saber o antirracismo e questão de gênero, por exemplo, a luta pela reforma agrária e por moradia, a luta por direitos da população LGBTQIA+, entre outras demandas que emanam da questão social e que são reconhecidas ou defendidas na pós-modernidade como expressões dos “novos movimentos sociais”, “novos sujeitos políticos” Evangelista(1992).



Isso implica olhar para o debate acerca da atualidade do método do materialismo histórico na atualidade e sua profunda articulação com a profissão do serviço social. Defendemos, portanto, que a atualidade do método se expressa na complexidade da cotidianidade, solo que fértil de produção e reprodução da vida social. Segundo Evangelista (1992) a cotidianidade não é fatual. Ela, está dotada de processo histórico. Assim, ao situar a cotidianidade como um conjunto de fatos desarticulados e a-históricos, desaparece a visibilidade do poder opressivo, que está em todo lugar e ao mesmo tempo em lugar nenhum. O pensamento pós-moderno, ao impor a hegemonia do efêmero, provoca “a ubiguidade do poder- inconcreto, gasoso e onipotente- esconde o poder da ubiguidade” (NETTO; FALCÃO, 1987, p. 88)

Os anos 1980 marcam definitivamente a História da sociedade brasileira. A luta pela redemocratização que revela novos atores na cena política sobretudo inseridos nos movimentos sociais direcionada pela busca de conquistas em prol de direitos humanos e sociais, atravessa também a categoria do Serviço Social e insere no caldo do movimento de ruptura elementos decisivos para a formação do projeto ético político profissional. É a partir dos anos 1980 que o materialismo histórico dialético inicia a sua efetiva interlocução com as classes que vivem do trabalho. É esse processo de afirmação da hegemonia de um novo referencial teórico-metodológico e interventivos vai redesenhar a própria identidade do serviço social, passando da condição estrita de executores das políticas para a condição de planejadores, gestores e avaliadores das políticas sociais.

Para YASBEK (2009) é nesse contexto que “a pobreza vai se converter em tema central da agenda social”. Igualmente, é nesse cenário de tensões que se arrastam para década de 1990 que, o Serviço Social, vai ser confrontado com novos processos e dinâmicas que trouxeram para a profissão novas temáticas e antigos dilemas, como trabalho precário, a luta pela terra feita pelos sem-terra, o trabalho infantil, o direito a moradia, as



populações em situação de ruas, aviolência doméstica, e as discriminações ligadas á questões de gênero/etnia, adictos, a expansão das ISTs, portadores de transtornos mentais, pessoas com deficiências, demandas da terceira idade desprotegida e “e outras tantas questões e temáticas relacionadas à pobreza, à subalternidade e à exclusão com suas múltiplas faces” (YASBEK, 2009,p. 15).

E nesse contexto que a profissão se coloca na cena a partir de eixos que articulam o debate profissional sob uma nova ótica e ao mesmo tempo promove um reordenamento da prática profissional, principalmente a partir da ampliação das políticas públicas ligadas a seguridade social, a assistência e a ao controle das políticas sociais, fortalecendo elos com os mais diversos movimentos sociais, articulando as vozes dos excluídos. Segundo

O contexto político e social em que tais movimentos se inscrevem é, efetivamente, propiciado pelas conquistas do movimento negro a partir dos anos de 1980, atrelado às políticas sociais implementadas pelo governo petista, tais como, a expansão do número de universidades públicas e a implementação das políticas de ações afirmativas, possibilitando que um maior número de professores e alunas e alunos negros adentrassem a universidade. Esse ingresso contribuiu para a formação de coletivos negros dentro e fora das universidades, que efetivamente estreitaram laços e alianças com os movimentos sociais, notadamente o movimento de mulheres negras. (...) Testemunhamos o aumento significativo do feminismo negro e suas diferentes perspectivas: são as feministas negras decoloniais, feministas negras abolicionistas, feministas negras interseccionais, feministas negras lésbicas, dentre outros. Do ponto de vista da experiência acadêmica, há um movimento político decolonial que pressiona professoras e professores a incorporarem na bibliografia dos cursos ministrados autoras e autores negros e africanos. Eles reconhecem a geopolítica do conhecimento q reproduziu o conhecimento hegemônico e eurocêntrico, rejeitando a continuidade de práticas epistemicidas³. Que historicamente privilegiou e

³ (...) um conceito extraído da reflexão de Boaventura Sousa Santos (1995), que integramos ao dispositivo de racialidade/biopoder como um dos seus operadores por conter em si tanto as características disciplinares do dispositivo de racialidade quanto as de anulação/morte do biopoder. É através desse operador que este dispositivo realiza as estratégias de inferiorização intelectual do negro ou sua anulação enquanto sujeito de conhecimento, ou seja, formas de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão. Ao mesmo tempo, e por outro lado, o faz enquanto consolida a supremacia intelectual da racialidade branca (CARNEIRO, 2003).



reproduziu o conhecimento hegemônico e eurocêntrico, rejeitando a continuidade de práticas epistemicidas. (FIGUEREDO, 2020, p. 4-5):

É preciso, igualmente, que ao reconhecer a substantividade da opção metodológica do marxismo- a categoria da totalidade, tão criticada pelos pós-modernos-se recuse simultaneamente, a perspectiva positivista, que até a atualidade representa uma ameaça do conservadorismo no Serviço Social. Igualmente, autores de tradição marxista já demonstraram que a classe social não é um fenômeno por si. A exemplo disso, Thompson (1988) afirma que: "A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus. (THOMPSON, 1988, p. 10). Ela se realiza nas relações imediatas na cotidianidade entre homens e mulheres que vivenciam experiências comuns e ao viverem se reconhecem como parte de uma totalidade.

A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que homens nasceram- ou o entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. (THOMPSON, 1988, p. 10).

Assim, pensar classe em articulação ao gênero e à raça torna-se um esforço para se pensar a "(...) simultaneidade da manifestação de relações produtivas particulares em todos os sistemas da vida social" (THOMPSON, 2001, p. 254). Daí a importância de pensar as relações de reprodução da vida para além da divisão social do trabalho e inserir também, nessa análise, as dimensões de gênero e raça envolvidas nesse processo. Desta forma, a teoria crítica feminista negra, como proposta por Collins e Bilge (2020), não pretende se embeber de ideais de pós-modernidade, mas representa um esforço em construir uma interpretação aproximada com as realidades



contemporâneas e das múltiplas manifestações e dimensões da Questão Social tendo as vista as manifestações outras no tempo presente, que colocam aspectos e demandas de parcelas da classe trabalhadora historicamente silenciadas.

Ao propor um modelo epistemológico cuja gênese reside na educação popular e na denúncia das desigualdades a partir do ponto de vista das classes subalternas em toda sua heterogeneidade, a teoria crítica do feminismo negro propõe um método de cartografia das trajetórias e narrativas das classes subalternas, voltadas para o sul global, de maneira que se consiga revelar as relações estruturais de classe, raça e gênero, buscando enfrentamentos revolucionários das realidades históricas ao reconhecer que a história colonial não está confinada a um espaço-tempo definido.

Apontar as diferentes manifestações das desigualdades sociais oriundas do sistema capitalista no tempo presente a partir do ponto de vista feminista negro é, sobretudo, retornar às bases de análise marxistas, porém com os pés nas relações contemporâneas vivenciadas pelos mais espoliados. “A tarefa do político é encontrar precisamente esse elo na cadeia para resolver as oposições concretas, pelas quais, se alguém consegue apanhá-lo pode ter o controle sobre toda a cadeia” (LUKÁCS, 2020, p. 47).

Acredita-se que o empenho em apresentar as relações sociais no Brasil sob a ótica da teoria crítica do feminismo negro cumpre o papel de produzir uma análise sobre as manifestações do capitalismo na contemporaneidade e as múltiplas expressões da questão social, partindo do reconhecimento das intersecções entre as categorias de classe, raça e gênero como marcadores das desigualdades e de posições hierárquicas de poder na sociedade, de maneira que sejam mostradas precisamente as metamorfoses do capitalismo de hoje, com destaque para as desigualdades interseccionais.

Ao conjugar categorias estruturais de formação sócio-histórica da sociedade brasileira, como classe, raça e gênero, a teoria crítica negra



feminista traz para o centro das análises novos olhares e novas dimensões interpretativas sobre a heterogeneidade da classe trabalhadora sem, contudo, negar a existência da luta de classes e suas diferentes manifestações na sociedade capitalista. Faz-se necessário então

A partir de Collins (2019), Collins e Bilge (2021), Hirata (2014), Hirata e Kergoat (1994) e Crenshaw (2002), compreende-se que a interseccionalidade refere-se à interpretação de relações sociais cujo núcleo está mais aproximado às opressões e hierarquizações cotidianas, ligadas às experiências diretas de parcelas historicamente marginalizadas e sub-representadas em diferentes dimensões de produção e reprodução da vida.

A interseccionalidade, segundo Hirata e Kergoat (1994), diz respeito ao entrecruzamento dos conceitos de gênero, raça e classe. Se constitui, portanto, uma proposta que “leva em conta as múltiplas fontes da identidade”, embora não tenha a pretensão de propor uma nova teoria globalizante.

As imbricações das categorias de classe, raça e gênero presentes nas relações cotidianas se manifestam de diferentes maneiras, a depender do contexto em que ela esteja inserida. Ora mais visível, ora de forma velada, as manifestações das desigualdades sociais se materializam nos corpos e nas relações estabelecidas entre os corpos e os territórios, conferindo a esses sujeitos um olhar específico que traduz suas vivências. Por isso, pensar tais desigualdades a partir do recorte interseccional remete à verificação dos efeitos das desigualdades de forma teórica transdisciplinar que visa

Aprender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais. (BILGE, 2010, p. 70).



Collins e Bilge (2021) ressaltam que, nas décadas de 1960 e 1970, as ativistas negras enfrentaram o quebra-cabeça que fazia suas necessidades relativas à trabalho, educação, emprego e acesso à saúde "(...) simplesmente fracassarem nos movimentos sociais antirracistas, no feminismo e nos sindicatos" (COLLINS; BILGE, 2021, p. 45). Segundo as autoras, ao passo que cada um desses movimentos priorizou uma categoria específica em detrimento de outras, tornaram-se insuficientes as análises e, conseqüentemente, a luta por direitos que contemplassem a complexidade das relações sociais em que as mulheres negras estavam inseridas. Foi então que as mulheres negras norte-americanas utilizaram a interseccionalidade como um modelo interpretativo capaz de ir além dos modelos postos.

O termo Interseccionalidade refere-se segundo Hirata(2014) ao entrecruzamento dos conceitos de gênero, raça e classe. Hirata (2014) afirma que a interseccionalidade é uma proposta para "levar em conta as múltiplas fontes da identidade", embora não tenha a pretensão de "propor uma nova teoria globalizante da identidade". Sendo assim, olhar a questão de gênero, classe e raça torna-se necessariamente um exercício de compreender as desigualdades dentro das desigualdades, é visualizar o microcosmo das relações de poder que perpassam a sociedade. Uma segunda definição sobre a interseccionalidade que consiste em "enfoque integrado". Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos de diferenciação social que são as categorias de sexo/ gênero, classe, etnicidade, mas também idade entre outras características.

Neste sentido, a interseção dos conceitos de gênero, raça e classe que durante muito tempo estiveram condicionados ou invisibilizados, torna-se fundamental para visualizar as diferenciações e novas demandas presente nas relações de produção e reprodução da vida. Tal perspectiva torna-se indispensável quando se trata dos estudos que se dedicam a reconhecer e denunciar as multiplicidades de demandas postas cotidianamente pelo Serviço Social.



Gênero, Raça⁴ e Classe são categorias presentes e indissociáveis nas relações de produção e reprodução, onde exploração, dominação e opressão se misturam dando às relações sociais formas, estruturas, funções e processos específicos a cada grupo social. O letramento racial, segundo Ribeiro (2017) e Almeida (2019), propõe a reflexão acerca das relações étnico-raciais no Brasil e revela a forma como afetam cotidianamente o bem-viver da população negra, em face da estrutura racista do sistema capitalista que lança as bases de todas as relações sociais a partir da colonização, gerando intolerância religiosa, preconceitos e discriminações que estão presentes no cotidiano, bem como os motivos pelos quais essas tensões se mantêm como engrenagem desse sistema.

O letramento racial e de gênero contribui para a desconstrução de práticas sociais racistas e sexistas é fundamental na busca de um modelo de educação formal e não formal de cunho libertador, emancipatório, que destrói mitos como o da democracia racial ou da meritocracia. Daí a importância de o letramento racial atravessar todos as esferas dos processos de formação, da educação básica à pós-graduação. O letramento racial é "(...) uma compreensão das formas poderosas e complexas em que raça influencia as experiências sociais, econômicas, políticas e educacionais de indivíduos e grupos" (ALMEIDA, 2017, p. 10) e deve fazer parte dos processos formativos ao longo da vida. Ele é o primeiro passo para a

⁴A raça, a racialização e o racismo são produzidos na dinâmica das relações sociais, compreendendo as suas implicações políticas, econômicas, culturais. É a dialética das relações sociais que promove a metamorfose da etnia em raça. [...] Racializar ou estigmatizar o 'outro' e os 'outros' é também politizar as relações cotidianas, recorrentes, em locais de trabalho, estudo e entretenimento; bloqueando relações, possibilidades de participação, inibindo aspirações, mutilando práxis humana, acentuando a alienação de uns e outros, indivíduos e coletividades. Sob todos os aspectos, a 'raça' é sempre 'racialização', trama de relações no contraponto e nas tensões 'identidade', 'alteridade', 'diversidade', compreendendo integração e fragmentação, hierarquização e alienação. (IANNI, 2004, p. 23)



construção de um novo olhar sobre as identidades, porque instrumentaliza a construção do autorretrato, feito não mais pelo opressor, mas pelo oprimido. Para tanto, é necessária a promoção de uma educação formal e/ou informal ancestral, de cunho antirracista, que alcance todos os níveis e modalidades, assim como da sua responsabilidade diante da construção de um novo marco societário que se capilarize por todas as esferas de sociabilidade. O letramento racial é fundamental no processo de construção e aceitação da intelectualidade negra, ao passo que abre caminhos para uma luta autoconsciente e coletiva.

A questão étnico-racial enquanto produto da sociedade de classes. Para Ianni (2004), implica para além da estrutura econômica, abrangendo implicações políticas, sociais, culturais, ideológicas e pode ser vista como uma expressão e um desenvolvimento fundamentais do que tem sido a dialética escrava- senhor no curso da história do mundo moderno. Não menos revelador, José Murilo de Carvalho afirma que na sociedade pós-emancipação no Brasil não foi ofertado aos libertos escolas, nem terras, nem empregos. Deste modo, no Brasil, o estabelecimento da classe que vive do trabalho está profundamente marcado pela ação embrionária do racismo e da divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, as contribuições Do Pensamento Feminista Negro têm contribuído na construção de interpretações fundamentais que partem do resgate histórico-crítico das relações sociais para olhar sobre as múltiplas faces das desigualdades.

Por isso, Carneiro (2003) infere que tendo em vista o passado escravista que definiu as classes surge aqui a subalternização do gênero segundo os critérios de raciais. No mesmo sentido, Harding (1986, p.18) afirma que, "*em culturas estratificadas tanto por gênero quanto por raça, o gênero sempre resulta como categoria racial e a raça como categoria de gênero*".

Santos(2015) adverte que enquanto não superarmos a dicotomia raça e classe no entendimento da história e da realidade brasileira, ficaremos



fadados a realizar análises superficiais, parciais e insuficientes de nossas condições parece ainda insuficiente para pensarmos as profundas complexidades inseridas nas relações sociais, o que acaba por minar todo e qualquer projeto de ruptura com a ordem estabelecida. Portanto, análises desconsideram e visibilizam a questão de gênero tornam-se um mal congênito face as multiplicidades de expressões da questão social.

. Para os profissionais que lidam diretamente com as mais diferentes expressões da questão social é fundamental que se amadureça no campo teórico matizes que contraponha à ideia de sujeito objetificado, sem corpo, sem rosto, sem cor, gênero, inserindo no bojo das políticas públicas. É vital trazer para o campo da política pública a dimensão sóciohistórica da construção dos sujeitos, "(...) visualizando o indivíduo especificado, considerando-se categorizações relativas ao gênero, idade, etnia, raça, etc." (PIOVESAN, 2006, p. 130). Na contemporaneidade, o indivíduo especificado, passou a ser o principal usuário dessas novas políticas sociais, sobretudo as políticas focalizadas, como é o caso das políticas de ação afirmativa, por exemplo.

Por outro lado, o recorte interseccional auxilia ao assistente social a dar respostas mais coerentes aas demandas postas na cotidianidade do seu exercício profissional. O amadurecimento do recorte interseccional contribui para que o profissional do Serviço Social exercite a dimensão investigativa da profissão ao questionar: quem são e quais identidades ou elementos compõe o sujeito usuário que chega até o patamar terminal de ação executiva em que estou inserida?

O reconhecimento dessa posição do Serviço Social é que nos permite a defesa de um projeto profissional crítico e emancipatório, pois mobiliza o entendimento das hierarquias e lutas sociais em torno da superação das desigualdades de raça, classe e gênero que estruturam a sociedade capitalista. A profissão é constituída por uma maioria de trabalhadoras mulheres, negras e negros, cujos efeitos sobre a formação e o exercício profissional requerem análise aprofundada. (ALMEIDA; SARAIVA, 2021, p. 170)



Repensar o método com vista à sua defesa, requer de nós a clareza de que não podemos tomar as complexidades e demandas emergentes da contemporaneidade como significantes em si mesmos, e sim como expressão de “complexidade processada no ser social no mundo do capital”(EVANGELISTA, 1992.p. 34), incorporando como temas, sujeitos e objetos que merecem atenção intelectual, de pesquisa, assumindo igualmente o desafio teórico de buscar nos processos históricos o ponto de partida de toda e qualquer análise social. O reconhecimento de que o desenvolvimento “histórico-ontológico da própria sociedade capitalista resulta nessa crescente complexificação do ser social” (EVANGELISTA, 1992, p.35) subsidia a incorporação do pensamento feminista negro como lente analítica das realidades sociais.

3. Conclusão

No atual cenário, alguns desafios são postos ao Serviço Social no enfrentamento das desigualdades sociais, às opressões e violências de gênero e ao racismo em todas as suas manifestações. O primeiro é incorporar o letramento racial e de gênero como elementos obrigatórios do currículo no processo formativo do assistente social. Segundo analisar sistematicamente a dimensão de gênero e raça na formulação e avaliação de programas e políticas, como forma de dar visibilidade às particularidades das mulheres negras para subsidiar políticas públicas universais e interseccionais. Terceiro desafio é acolher e incorporar as complexidades dos movimentos sociais nas agendas de luta da própria categoria, estabelecendo caminhos, olhares e campos de diálogos que por muito tempo foram negligenciados para formulação de políticas públicas. Essa integração não apenas oxigena as formulações de políticas públicas, como tem o poder de reavivar as memórias e lutas das classes e matizes de classe subalterna ao longo da História na sociedade brasileira.



Referências

ALMEIDA, N. A. Letramento racial: um desafio para todos nós. **Portal Geledés**, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/letramento-racial-um-desafio-para-todos-nos-por-neide-de-almeida/>. Acesso em: 6 ago. 2020.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. Disponível em: https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf. Acesso em: 6 ago. 2020.

BILGE, S. De l'analogie à l'articulation: théoriser la différenciation sociale et l'inégalité complexe. **L'Homme & la société**, 2010. Disponível em: <https://www.cairn.info/journal-l-homme-et-la-societe-2010-2-page-43.htm> <https://www.cairn.info/journal-l-homme-et-la-societe-2010-2-page-43.htm>. Acesso em: 10 set. 2021.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Intersectionality**. 2.ed. Cambridge, UK: Polity, 2021.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Ação Educativa**, 2002. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

EVANGELISTA, J. Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno/ João Evangelista.- São Paulo: Cortez, 1992.

HARDING, S. **The Science question in feminism**. Milton Keynes, Open University Press, 1986.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/viewFile/84979/87743>. Acesso em: 10 set. 2019.



HIRATA, H.; KERGOAT, D. A Classe Operaria Tem Dois Sexos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 85-93, jan. 1994.

IANNI, O. Dialética das relações raciais. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 21-30, jan./abr. 2004.

LUKÁCS, G. Essenciais são os livros não escritos: últimas entrevistas (1966-1971). São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

MOTTA, A E. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 128, p. 39-53, jan./abr. 2017

PAULO NETTO, José. O serviço social e a tradição marxista. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.º 30, p. 89-102, maio/ago., 1989.

_____ ; FALCÃO, M do C. Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1987.

PASTORINI, Alejandra. A categoria "questão social" em debate. São Paulo, Cortez, 2004.

PIOVESAN, F. Direito Constitucional, módulo V. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. Brasília: Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/flaviapiovesan/piovesan_dh_direito_constitucional.pdf. Acesso em: 11 set. 2019.

RIBEIRO, D. O que é lugar de fala? Belo Horizonte/MG: Letramento, 2017.

SANTOS, R. E. O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias. Lutas Sociais, São Paulo, v. 19, n. 34, p. 100-113, jan./jun. 2015.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. Classes subalternas e assistência social. São Paulo: Cortez, 2009.